

fórum dos dafs

DAFs conhecem as mudanças administrativas de Sergipe

As reformas que estão sendo implantadas na administração estadual sergipana, entre elas a transformação de empresas em autarquias, a fusão e a extinção de órgãos, a contratação centralizada, o gerenciamento eletrônico de documentos e a gestão por resultados foram destacadas na abertura da 68ª Reunião do Fórum de Diretores Administrativos e Financeiros (DAFs) das afiliadas da **Abep**, dias 16 e 17 de março, em Aracaju (SE).

De acordo com Silvani Alves Pereira, secretário da Gestão Estratégica e da Modernização Administrativa daquele Estado, já foram definidos 15 programas estruturantes ligados basicamente às áreas de saúde, educação e geração de renda.

Um desses programas é o "Gestão Pública Empreendedora". Ao apresentá-lo aos DAFs, o coordenador do programa, Marcílio de Medeiros Brito, disse que a introdução do empreendedorismo no setor público está vinculado com o processo de reforma do Estado.

Entre as diretrizes fundamentais do programa, estão a criação de mecanismos de democratização do acesso ao serviço público, a melhoria da gestão da informação e da comunicação, o treinamento focado no desenvolvimento de competências e habilidades, a mudança da cultura organizacional e a busca de soluções compartilhadas.



Licitação

Ainda sobre Sergipe, o ajuste fiscal promovido no Estado, cujo destaque é a reestruturação do conselho gerenciador da execução orçamentária e financeira foi apresentado pelo procurador daquele Estado, Agripino Alexandre dos Santos Filho. Ele lembrou que antes da privatização do "Sistema Telebrás", não havia a necessidade de licitações para a contratação de serviços na área de comunicação, pela ausência de competitividade.

"Agora a contratação desse tipo de serviço segue a regra das demais", alertou, ao informar a existência de portaria do Ministério do Planejamento regulamentando o assunto. Por conta disso, ele afirmou: "As empresas têm de inovar para aproveitar melhor os recursos disponíveis".

SergipeTec

Os DAFs tomaram conhecimento, ainda, do

SergipeTec, organização que visa a promoção da geração de renda familiar, a criação de emprego, a promoção da inovação como ferramenta do aumento da qualidade de vida da população, entre outros pontos.

De acordo com o DAF da organização, José Ancelmo de Góis, as ações do SergipeTec estão focadas em áreas como biotecnologia, design, energia e TIC e tem como principal fonte de recursos o Estado, por meio de contrato de gestão.

Outras palestras

A reunião dos DAFs teve ainda as seguintes palestras:

- Visão econômica e operacional de soluções da Brasil Telecom (*Brasil Telecom*)
- Comunidades Conectadas - Experiências Mundiais (*Cisco Systems Brasil*)
- Win Document - Economicidade e Transparência nos Processos Licitatórios (*ASJB WinMaster*)

A Abep e a consolidação do Software Público Brasileiro

Tereza Porto, presidente da Abep

O esforço implementado de forma constante pela **Abep** no sentido de difundir a tecnologia nacional e defender seus interesses, fomentar o compartilhamento de informações e recursos de informática entre as entidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (*TIC*) dos Estados - e a cooperação destas com os organismos federais - deverá ser coroado, neste princípio de ano, com a assinatura de um importante acordo.

Um protocolo de intenções entre a **Abep** e o Ministério do Planejamento, representado por sua Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (*SLTI*) - em fase de avaliação pelas assessorias jurídicas das partes - registra um plano conjunto para definir, classificar, normatizar, divulgar e licenciar o chamado Software Público Brasileiro (SPB) a ser compartilhado não apenas entre as unidades estaduais da federação e o Governo Federal, mas também disponibilizado para a sociedade como um todo, de acordo com os interesses de cada instituição e as prerrogativas legais de nosso país.

Por Software Público Brasileiro - conceito cunhado em 2001 e ainda em fase de consolidação - entendemos: aplicativos desenvolvidos de forma cooperada por órgãos do setor público, obedecendo às diretrizes do Governo Eletrônico e os Padrões de Interoperabilidade do Governo Federal (*e-PING*), e considerando a necessidade interna deste setor de reduzir os custos similares, reaproveitar as



soluções existentes, aumentar a produtividade e, de forma mais ampla, atingir níveis de excelência de serviços no atendimento às demandas da sociedade. Trata-se, portanto, de um entendimento do software como bem público, que não possui características de divisibilidade ou rivalidade, mas, pelo contrário, é objeto de aprimoramento por diferentes atores.

Para este momento crucial de amadurecimento do SPB, tomamos como inspiração o caso bem-sucedido do Sistema de Inventário Cacic, desenvolvido pela Dataprev em parceria com a SLTI, e considerado a primeira experiência consolidada de software produzido e disponibilizado com segurança como software livre pela esfera pública de TIC. Com duas versões já homologadas pela Dataprev - e uma em desenvolvimento -, o Cacic conta com uma comunidade bastante dinâmica de desenvolvedores e usuários e obteve o mérito de ter sido instalado em mais de 30 instituições públicas em menos de um mês.

Neste cenário, uma das tarefas assumidas pela **Abep** foi a de retomar nossa antiga proposta de um Portal do

Software Público Brasileiro, cujo objetivo principal é promover o uso de soluções livres que tiveram o sucesso esperado na administração pública estadual. O modelo deste grande catálogo a ser alimentado por nossas afiliadas já está pronto e apresenta as funcionalidades de manutenção de projetos - na área restrita do site da **Abep**, onde o usuário pode indicar a tecnologia adotada em seu trabalho e relatar os benefícios e dificuldades encontradas - acesso aos downloads - mediante cadastro, - e consulta - aberta a qualquer visitante interessado em saber um pouco mais sobre os projetos disponíveis.

O acordo com o MP também determina a colaboração da **Abep** na importante função de envolver as unidades federativas municipais e seus representantes associados, além dos poderes Legislativo e Judiciário, nesta discussão por um modelo institucional efetivo do Software Público Brasileiro.

Nos 12 meses em que tive a honra de presidir esta associação, tentei exercer, da forma mais democrática possível, o papel articulador que nos cabe e pude sempre contar com a adesão de todas as afiliadas no que diz respeito ao compartilhamento de projetos e à otimização de recursos. Estou feliz com o resultado alcançado até o momento e desejo que a futura gestão continue a contribuir para a evolução do SPB, colocando o setor público no protagonismo deste movimento e ajudando a criar desdobramentos para um novo modelo de negócios no segmento de software.

Framework Pantaneiro é implantado em MS

Desenvolvido pela Superintendência de Gestão da Informação (SGI), da Secretaria de Estado de Receita e Controle do Mato Grosso do Sul, o Framework Pantaneiro - ferramenta de gerenciamento de conteúdo Web para o portal corporativo de governo eletrônico daquele Estado - está sendo implantado em todo o Poder Executivo.

Trata-se de uma plataforma que permite criar, publicar e gerenciar conteúdos de websites, mesmo que o usuário não tenha conhecimentos em HTML (*uma das linguagens mais utilizadas para desenvolver páginas na Internet*) ou qualquer linguagem de programação.

O framework foi desenvolvido em PHP (*funciona como uma extensão da linguagem HTML e roda no próprio servidor Web*) e possui um protocolo de permissão bastante flexível. Isso possibilita que a alimentação do sistema seja distribuída, permitindo a implantação de um ou mais fluxos de aprovação de conteúdos para publicação.

Além do conteúdo, o Framework Pantaneiro é um gerenciador de componentes, já que conta com processos automatizados para detectar dados para cadastro de informações comumente encontrados em páginas de notícias, eventos, downloads etc.

De acordo com a SGI/MS, o

"desenho" do Pantaneiro baseou-se em questões que visam facilitar o acesso do cidadão à informação, e que compartilhem informações entre órgãos públicos, evitando a publicação da mesma informação em todas as páginas do governo.

A concepção levou em conta, também: a necessidade de se ter um mecanismo de busca nas páginas do MS; a moderação da publicação de conteúdos centralizada (*não por órgão, mas por centrais*); a desburocratização da informação, desvinculando-a da estrutura hierárquica do governo; e na possibilidade de encontrar informações em portais temáticos (*notícias, serviços ou programas/projetos do governo*).

Governo de Sergipe adota software livre

O governo do Estado de Sergipe adotou o software livre como ferramenta corporativa, padrão de execução e gestão da política estadual de informática e comunicação na administração pública. O objetivo é colocar à disposição da sociedade o conhecimento envolvido na produção dos programas, bem como oferecer a possibilidade de plena auditoria sobre seus funcionamentos. As atividades de apoio ou suporte administrativo e técnico para a operacionalização do novo sistema serão desenvolvidas pela Agência da Tecnologia da Informação de Sergipe (*Agetis*).

No ano passado, a Agetis criou um grupo de trabalho para estabelecer estratégias para a implementação do

software livre na agência e para estimular o uso dessa ferramenta nos demais órgãos do poder executivo de Sergipe.

"Se eu pudesse descrever com um termo software livre, eu diria cooperatividade. Competitividade e concorrência são palavras ultrapassadas neste ambiente, em que tudo é feito para todos. Cooperação, colaboração, liberdade de ir e vir no mundo digital são discutidos com a nova revolução. O mundo do software livre deixou de ser apenas uma questão econômica para se transformar em uma revolução política, moral e social no mundo digital", disse Francisco Navarro, gerente de sistema da Agetis.

Economia de R\$ 23 bilhões

O Brasil paga anualmente R\$ 20 bilhões em juros da dívida pública. Se investisse esse valor em e-Gov, faria uma economia de R\$ 23 bilhões. A afirmação é da consultora do Banco Mundial, Florencia Ferrer, que proferiu palestra sobre estratégia pública, em Cuiabá, a convite do Centro de Processamento de Dados do Mato Grosso (*Cepromat*).

Essa economia, segundo ela, seria só com o fato de o governo fazer suas compras por meio eletrônico. "Não tem volta, o governo eletrônico já é uma realidade em São Paulo e o Brasil não pode ficar para trás", enfatizou.

Novo diretor

ATI/PE -Romero Wanderley Guimarães (*Diretor executivo de TIC*)

Abep esteve presente em conferência sobre governo eletrônico nos Estados Unidos

O diretor executivo da **Abep**, Paulo Alcântara Saraiva Leão, foi um dos palestrantes do Global Conference on e-Government (*Conferência Global sobre Governo Eletrônico*) no University of Maryland Institute for Advanced Computer Studies (*Umiaacs*), em Washington D.C. (*Estados Unidos*).

No evento, que ocorreu dias 22 e 23 de março, ele participou dos seguintes painéis: "e-Government in Developing Countries" (*Governo eletrônico em países em desenvolvimento*) e "The CIO's Role in a Changing World: the Developed World Vision and the Developing World Vision; Avenues of Cooperation" (*O papel dos CIO's num mundo em mudança: uma visão desenvolvida e outra em movimento; Avenidas da Cooperação*).

No primeiro painel (*foto*), Paulo Alcântara falou sobre o governo eletrônico no Brasil; no segundo, sobre o papel do CIO (*Chief Information Officer - nome do cargo dado a pessoa responsável pela administração*

das informações e tomadas de decisões para a área de Tecnologia de Informação) de governo no Brasil: responsabilidades e desafios.

"Nas palestras apresentei informações dentro do contexto brasileiro, uma vez que a idéia era discutir as experiências internacionais na área de governo eletrônico", afirmou, ao dizer que aproveitou a oportunidade para divulgar a **Abep**, "de forma que todos os participantes pudessem conhecer um pouco sobre a instituição".

Como resultado dessa participação, o diretor disse que foi importante pois permitiu a aquisição de conhecimentos técnicos sobre governo eletrônico. Além disso, possibilitou a troca de informações e experiências sobre o tema, contato com instituições internacionais, identificação de oportunidades de cooperação com o Brasil nos âmbitos estaduais e federal.

Doação

Ainda em Washington, desta



vez como presidente da Etice (*Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará*), Paulo Alcântara assinou um acordo de doação de US\$ 180,6 mil com a United States of Trade and Development Agency (USTDA).

Os recursos visam a contratação de consultorias, por meio de uma parceria público-privada (PPP), para a elaboração de um estudo de viabilidade para a construção de um data center. O dinheiro não virá diretamente para o Brasil, já que a própria USTDA contratará as consultorias.

Uma das vantagens do modelo de PPP é que o próprio mercado poderá ajudar na elaboração dos projetos e depois participar da licitação, o que não é possível pela Lei 8.666 (*Lei de Licitações*).

EXPEDIENTE

FATOS ABEP é uma publicação da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação

Rua Agueda Gonçalves, 240 - CEP 06760-900 - Taboão da Serra, SP - Fones (11) 6845.6094 e 6845.6103

www.abep.sp.gov.br E-mail: abep@abep.sp.gov.br Redação e edição: Notas e Notícias Ass. de Comunicação S/C Ltda - Praça Alpha de Centauro, 54 - Térreo - cj. 3 - Santana de Parnaíba, SP - E-mail: notasnot@terra.com.br

Jornalista responsável: Jorge Abduch - MTB 13.164-SP - Editor assistente: Luiz Gallo MTB 14.576-SP

Impressão: Companygraf

Coordenador Editorial: René Lapyda (Prodesp)

Colaboradora: Cecília Miyata (Abep)

Diretoria Executiva

Presidente: Tereza Cristina Porto Xavier (Proderj); Vice-presidente: Edilson do Nascimento Santos (Prodepa); Diretores executivos: Paulo Alcântara Saraiva Leão (Etice/CE) e Aubirlan Borges Vitoi (Aganp/GO); Secretário Executivo: René Lapyda (Prodesp)

Presidente do Conselho: Adriano Henrique Olinto da Motta (Codin/RN);

Conselho Fiscal

Efetivos: Cláudio Norikazu Uemura (SGI/MS); Ednardo Quintiliano Cabral (Itec/AL) e Samira Masruha B. Kill (ITI/ES)

Suplentes: Antônio Torres da Paz (Prodepi); Márcia Schuler (Celepar) e Paulo Guilherme Moreira de Melo (ATI/PE)